COMMERZBANK BRASIL S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ 23.522.214/0001-23

www.commerzbank.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - *(Em milhares de reais)*

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa do Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Banco"), relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhados das Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente. O Banco recebeu em 28 de julho de 2016, a autorização pelo Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como banco múltiplo com carteira comercial e de investimentos. Desempenho: em 31 de dezembro de 2017, o total de ativos atingiu R$ 344.230 (2016 – R$ 277.419). Os ativos do Banco estão representados, principalmente, por títulos públicos classificados como "disponíveis para venda" no montante de R$ 113.993 (2016 – R$ 189.910), operações de crédito no montante de R$ 136.607 (2016 – R$ 25.279) e operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ("ACC") no montante de R$ 31.249 (2016 – R$ 27.440). As captações do Banco foram realizadas, substancialmente, através de linhas de crédito com o Commerzbank AG no montante de R$ 82.408 (2016 – R$ 27.499). O patrimônio líquido totalizou R$ 227.985 (2016 – R$ 238.617 **Adequação das operações aos objetivos estratégicos**: As operações realizadas pelo Banco estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios, tanto em relação aos clientes como em relação aos produtos e serviços ofertados. **Índice de Basileia e de imobilização:** O Banco adota a apuração dos limites operacionais tomando-se como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN. O índice apurado de acordo com as regras vigentes em 31 de dezembro foi de 39,04% (2016 – 245,15%) e está apresentado a seguir:

	2017	2016
Patrimônio de referência	**205.089**	**223.755**
Risco de crédito	206.071	73.086
Risco de mercado	210.114	5.029
Risco operacional	77.235	10.845
Ativo ponderado pelo risco	**493.420**	**88.960**
Rban	31.919	2.312
Capital principal mínimo requerido	77.560	11.096
Adicional de conservação do capital principal	6.168	556
Patrimônio líquido exigido	**83.728**	**11.652**
Margem para limite de Basileia	121.361	212.103
Indice de Basileia	**39,04%**	**245,15%**
Razão de alavancagem	**54,66%**	**77,03%**

Gerenciamento de risco: O Banco mantém estruturas que controlam e monitoram os riscos inerentes às suas atividades e divulga as estruturas de gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, gerenciamento de capital e informações requeridas na Circular BACEN nº 3.678/13 em diretório de acesso público, disponível no *site* www.commerzbank.com.br

São Paulo, 20 de março de 2018. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		**143.881**	**54.187**
Disponibilidades	4	1.863	563
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	24.008	-
Aplicações no mercado aberto		24.008	-
Relações interfinanceiras		66	5
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		66	5
Operações de crédito	6	85.427	25.279
Setor privado		86.037	25.279
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(610)	-
Outros créditos		32.259	28.228
Carteira de câmbio	7	31.754	27.503
Rendas a receber		458	-
Negociação e intermediação de valores	5d	124	-
Diversos	8	79	862
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(156)	(137)
Outros valores e bens	9	258	112
Despesas antecipadas		258	112
Realizável a longo prazo		**186.022**	**205.076**
Títulos e valores mobiliários	5	113.993	189.910
Livres		87.467	168.377
Vinculados à prestação de garantias		26.526	21.533
Operações de crédito	6	50.187	-
Setor privado		50.570	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(383)	-
Outros créditos		21.718	15.166
Diversos	8	21.718	15.166
Outros valores e bens	9	124	-
Despesas antecipadas		124	-
Permanente	10	**14.327**	**18.156**
Imobilizado de uso, líquido		5.199	6.481
Imobilizações de uso		7.839	7.752
Depreciações acumuladas		(2.640)	(1.271)
Intangível líquido		9.128	11.675
Ativos intangíveis		12.736	12.736
Amotizações acumuladas		(3.608)	(1.061)
Total do ativo		**344.230**	**277.419**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante		**115.507**	**38.600**
Depósitos	11	3.947	3.147
Depósitos à vista		3.867	3.147
Depósitos a prazo		80	-
Obrigações por empréstimos	12	82.408	27.499
Empréstimos no exterior		82.408	27.499
Outras obrigações	13	29.152	7.954
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	-
Fiscais e previdenciárias		1.258	1.137
Negociação e intermediação de valores	5d	99	-
Diversas		27.793	6.817
Exigível a longo prazo		**416**	-
Depósitos	11	96	-
Depósitos a prazo		96	-
Outras obrigações	13	320	-
Fiscais e previdenciárias		320	-
Resultado de exercícios futuros		**322**	**202**
Patrimônio líquido	14	**227.985**	**238.617**
Capital:		264.449	264.449
De domiciliados no exterior		264.449	264.449
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM		391	(112)
Prejuízos acumulados		(36.855)	(25.720)
Total do passivo e patrimônio líquido		**344.230**	**277.419**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015		**35.555**	**(10)**	**(15.270)**	**20.275**
Integralização de capital:		228.894	-	-	228.894
Ajustes ao valor de mercado:					
Títulos e valores mobiliários		-	(102)	-	(102)
Prejuízo do exercício	14	-	-	(10.450)	(10.450)
Em 31 de dezembro de 2016		**264.449**	**(112)**	**(25.720)**	**238.617**
Ajustes ao valor de mercado:					
Títulos e valores mobiliários		-	503	-	503
Prejuízo do exercício	14	-	-	(11.135)	(11.135)
Em 31 de dezembro de 2017		**264.449**	**391**	**(36.855)**	**227.985**
Em 30 de junho de 2017		**264.449**	**1.450**	**(32.680)**	**233.219**
Ajustes ao valor de mercado:					
Títulos e valores mobiliários		-	(1.059)	-	(1.059)
Prejuízo do semestre	14	-	-	(4.175)	(4.175)
Em 31 de dezembro de 2017		**264.449**	**391**	**(36.855)**	**227.985**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da intermediação financeira		**19.520**	**35.000**	**19.698**
Operações de crédito	15 a	7.131	10.510	571
Resultado de títulos e valores mobiliários	15 b	9.486	18.625	19.176
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	15 c	532	523	27
Resultado de operações de câmbio	15 f	2.371	5.342	(76)
Despesas da intermediação financeira		**(2.358)**	**(6.952)**	**(240)**
Operações de captação no mercado aberto	15 g	(9)	(104)	(2)
Operações de empréstimos e repasses	15 h	(2.303)	(5.836)	(101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 b	(46)	(1.012)	(137)
Resultado bruto da intermediação financeira		**17.162**	**28.048**	**19.458**
Outras despesas operacionais		**(23.642)**	**(45.825)**	**(38.323)**
Receitas de prestação de serviços	15 d	1.003	1.632	826
Rendas de tarifas bancárias	15 e	25	25	-
Despesas de pessoal	15 i	(13.093)	(25.428)	(22.903)
Outras despesas administrativas	15 j	(10.603)	(20.458)	(14.691)
Despesas tributárias	15 k	(978)	(1.598)	(1.710)
Outras receitas operacionais		5	5	159
Outras despesas operacionais		(1)	(3)	(4)
Resultado operacional		**(6.480)**	**(17.777)**	**(18.865)**
Resultado não operacional		-	-	**(1)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(6.480)**	**(17.777)**	**(18.866)**
Imposto de renda e contribuição social		**2.305**	**6.642**	**8.416**
Ativo fiscal diferido	16	2.305	6.642	8.416
Prejuízo do semestre / exercício		**(4.175)**	**(11.135)**	**(10.450)**
Quantidade de ações (em milhares)	14 a	264.449	264.449	264.449
Prejuízo líquido por ação do semestre / exercício		(0,0158)	(0,0421)	(0,0395)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Atividades operacionais			
Prejuízo líquido ajustado	**(2.907)**	**(9.399)**	**(13.609)**
Prejuízo do semestre / exercício	(4.175)	(11.135)	(10.450)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	46	1.012	137
Provisão para gratificação	1.549	3.450	2.822
Impostos diferidos	(2.305)	(6.642)	(8.416)
Depreciação e amortização	1.978	3.916	2.297
Prejuízo na alienação de imobilizado	-	-	1
Variação de ativos e passivos	**(5.682)**	**13.058**	**(231.574)**
Títulos e valores mobiliários	(6.616)	76.420	(190.031)
Relações interfinanceiras	(114)	(61)	(5)
Operações de crédito	(7.056)	(119.035)	(25.279)
Outros créditos	(773)	(3.960)	(28.375)
Outros valores e bens	73	(270)	(112)
Depósitos	922	896	3.147
Obrigações por empréstimos	2.923	55.280	27.499
Outras obrigações	(938)	(3.668)	(18.619)
Resultados de exercícios futuros	37	120	201
Juros pagos	(371)	(371)	-
Juros recebidos	6.231	7.707	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	**(8.589)**	**3.659**	**(245.183)**
Atividades de investimentos	**(80)**	**(87)**	**16.852**
Títulos e valores mobiliários - vinculados ao Banco Central	-	-	37.306
Aquisição de imobilizado de uso	(80)	(87)	(7.718)
Aquisição de intangível	-	-	(12.736)
Atividades de financiamento	-	-	**228.894**
Aumento de capital	-	-	228.894
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.669)**	**3.572**	**563**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	12.804	563	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício	4.135	4.135	563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Banco") foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em 20 de agosto de 2015, constituído em 31 de agosto de 2015 e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 22 de outubro de 2015 (início das operações) com prazo indeterminado de duração. O Banco recebeu a autorização para início das atividades que são privativas de instituições financeiras em 29 de julho de 2016. O Banco tem por objeto social a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco Comercial e de Investimento, inclusive câmbio. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"). As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2018. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e apresentadas de acordo com o requerido pelo BACEN e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") quando aplicáveis. A elaboração do Balanço Patrimonial, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* de títulos e valores mobiliários e ativos não financeiros, imposto de renda e contribuição social diferidos e a determinação da vida útil de determinados ativos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional -** A moeda funcional do Banco é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. **b) Apuração de resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação do balanço, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. **e) Títulos e valores mobiliários -** Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria: **• Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias: "Títulos para negociação" (adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período) ou "Títulos mantidos até o vencimento" (adquiridos com intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento e avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período) e que são avaliados pelo valor de mercado e o registro da valorização ou desvalorização efetuado em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "ajuste ao valor de mercado", líquidos dos efeitos tributários. **f) Instrumentos financeiros derivativos -** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, e a Carta-circular BACEN nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados, segundo o seguinte critério: **• Operações de futuros**: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados diariamente ao resultado. **• Operações de *swap* e termo de moeda ("NDF")**: o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor de mercado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas). **• Operações a termo de mercadorias**: são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do período. **g) Operações de crédito e provisões para créditos de liquidação duvidosa -** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA (menor risco) a H (maior risco)). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16 e é constituída em montante considerado suficiente para cobertura de perdas prováveis, durante todo o prazo da garantia prestada. **h) Operações de câmbio -** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99. **i) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) -** São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo -** São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. **k) Despesas antecipadas -** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens". **l) Permanente -** A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear. As taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança – 10%; e instalações – benfeitorias, veículos e equipamentos de processamento de dados – 20%. O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *Impairment*** - Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários são analisados, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Durante o período que compreende essas demonstrações financeiras, não foram apuradas perdas por *impairment*. **n) Depósitos e captações no mercado aberto -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **o) Obrigações por empréstimos no exterior -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades, os encargos são reconhecidos em base *pro rata* dia, sendo as obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio vigentes na data do balanço. **p) Passivo circulante e exigível a longo prazo -** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **q) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. De acordo com a Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, a alíquota atual da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras é de 20% até 31 de dezembro de 2018 e 15% após esta data. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, são registrados nas rubricas de "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. **r) Resultados de exercícios futuros -** Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2017	2016
Disponibilidades - reservas livres	234	88
Disponibilidades - moeda estrangeira	1.629	475
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)		
Letras do Tesouro Nacional	2.272	-
Total	**4.135**	**563**

(i) As aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas pelo valor líquido de R$ 21.736, referente ao montante recebido em 26 de dezembro de 2017 por conta e ordem do Commerzbank AG, para repasse via *intercompany* (nota 13.b).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

Disponíveis para venda	2017 Custo corrigido	2017 Ajuste a mercado	2017 Valor de mercado	2017 Acima de 365 dias	2016 Valor de mercado
Livres					
Letras do Tesouro Nacional	86.746	628	87.374	87.374	15.077
Letras Financeiras do Tesouro	93	-	93	93	153.300
Vinculados à Prestação de Garantias - Operações em Bolsa					
Letras do Tesouro Nacional	26.443	83	26.526	26.526	21.533
Total	**113.282**	**711**	**113.993**	**113.993**	**189.910**

Foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R$ 711 (2016 – R$ (203)), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido no montante de R$ 391 (2016 – R$ (112)), líquido dos efeitos tributários no montante de R$ (320) (2016 – R$ 91). O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC do Banco Central do Brasil. **b) Instrumentos financeiros derivativos -** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de *hedge* para as demais áreas. **c) Valor de mercado -** O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Quando aplicável, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Foram adotadas as seguintes metodologias de precificação para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos: • Operações de mercado futuro - cotações divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. **d) Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Negociação e intermediação de valores", em 31 de dezembro:** Negociação e intermediação de valores:

Ativo	2017
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	
Futuros - DI1	124
Total	**124**

Passivo	2017
Comissões e corretagens a pagar	1
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	
Futuros - DDI	47
Futuros - DOL	51
Total	**99**

Os diferenciais a receber e a pagar e os ajustes diários pagos ou recebidos referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão são registrados em contas patrimoniais de "Negociação e intermediação de valores" que estão ajustados ao seu valor de mercado e os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação (nota 5.f).

e) Contratos futuros

Contratos futuros	2017 Valor de mercado - Valor referencial	2017 Valor de mercado - Ajuste a receber / (pagar)
Posição comprada	**387.505**	**6**
DDI	32.414	(67)
DI1	307.090	124
DOL	48.001	(51)
Posição vendida	**32.401**	**20**
DDI	32.401	20
Total	**419.906**	**26**

f) Operações por vencimento (valores de referência - *notional*)

Contratos futuros	A vencer até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
DDI	32.401	16.343	-	16.071	64.815
DI1	3.498	16.232	59.549	227.811	307.090
DOL	33.080	14.921	-	-	48.001
	68.979	**47.496**	**59.549**	**243.882**	**419.906**

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito estão assim representadas:

a) Por tipo de operação:

	2017	2016
Empréstimos (capital de giro)	82.124	25.279
Financiamentos à exportação (NCE)	53.511	-
Financiamentos em moeda estrangeira	972	-
Total operações de crédito	**136.607**	**25.279**
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC)	31.232	27.436
Rendas de adiantamentos sobre contratos de câmbio	17	4
Total das operações de crédito e outros créditos	**167.856**	**52.719**
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(1.149)	(137)
Total	**166.707**	**52.582**

O montante de operações de empréstimos renovados em 2017 foi de R$ 62.000.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução CMN nº 2.682/99:

	2º Semestre 2017 Operação de crédito	2º Semestre 2017 Outros créditos	2º Semestre 2017 Total	2017 Operação de crédito	2017 Outros créditos	2017 Total	2016 Total
Saldo inicial	**964**	**139**	**1.103**	-	**137**	**137**	-
Constituição no período	29	17	46	993	19	1.012	137
Saldo no final do semestre / exercício	**993**	**156**	**1.149**	**993**	**156**	**1.149**	**137**

c) Por prazo de vencimento:

Vencimento	Capital de giro	Financiamento à importação e exportação	ACC	2017	2016
A vencer até 30 dias	1.312	610	-	1.922	311
De 31 a 60 dias	1.264	-	-	1.264	7.232
De 61 a 90 dias	41.520	30	-	41.550	181
De 91 a 180 dias	5.847	8.531	-	14.378	609
De 181 a 365 dias	22.362	4.561	31.249	58.172	44.386
Acima de 365 dias	9.819	40.751	-	50.570	-
Total da carteira de créditos	**82.124**	**54.483**	**31.249**	**167.856**	**52.719**

d) Por segmento:

Atividade econômica / produto	Capital de giro	Financiamento à importação e exportação	ACC	2017	2016
Comércio	53.980	-	-	53.980	-
Automotivo	10.061	34.204	-	44.265	-
Mineração	-	972	31.249	32.221	27.440
Outros	18.083	4.012	-	22.095	25.279
Siderurgia e metalurgia	-	15.295	-	15.295	-
Total da carteira de créditos	**82.124**	**54.483**	**31.249**	**167.856**	**52.719**

e) Por vencimento e nível de risco:

Vencimento	AA	A	B	C	2017	2016
A vencer até 30 dias	236	610	1.076	-	1.922	311
De 31 a 60 dias	187	-	1.077	-	1.264	7.232
De 61 a 90 dias	175	40.298	1.077	-	41.550	181
De 91 a 120 dias	537	391	5.310	8.140	14.378	609
De 181 a 365 dias	17.189	35.810	5.173	-	58.172	44.386
Acima de 365 dias	9.820	33.595	-	7.155	50.570	-
Total da carteira de créditos	**28.144**	**110.704**	**13.713**	**15.295**	**167.856**	**52.719**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	**(553)**	**(137)**	**(459)**	**(1.149)**	**(137)**

f) Por segmento e níveis de risco:

Produto	AA	A	B	C	2017	2016
Empréstimos (capital de giro)	28.144	40.267	13.713	-	82.124	25.279
Financiamentos à importação e exportação	-	39.188	-	15.295	54.483	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)	-	31.249	-	-	31.249	27.440
Total da carteira de créditos	**28.144**	**110.704**	**13.713**	**15.295**	**167.856**	**52.719**

g) Avais e fianças prestadas: Em 31 de dezembro, o Banco possuía compromissos de crédito representados por avais e fianças prestadas, como segue:

Vencimento	AA	A	2017	2016
De 91 a 180 dias	-	696	696	-
De 181 a 365 dias	45.284	-	45.284	579
Total de avais e fianças prestadas	**45.284**	**696**	**45.980**	**579**
Provisão para avais e fianças prestadas	-	**(3)**	**(3)**	-

Atividade econômica	AA	A	2017	2016
Máquinas e equipamentos	45.204	696	45.900	-
Outros	80	-	80	579
Total de avais e fianças prestadas	**45.284**	**696**	**45.980**	**579**

A Resolução CMN nº 4.512/16 e a Carta-circular BACEN nº 3.782/16 estabeleceram procedimentos contábeis a ser aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, a ser aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento de risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. Em 31 de dezembro de 2017, foram efetuadas provisões para avais e fianças prestadas no montante de R$ 3.

7. Carteira de câmbio

	2017	2016
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar (CCL)	31.737	27.499
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	17	4
Total	**31.754**	**27.503**
Outras obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	31.232	27.436
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC)	(31.232)	(27.436)
Total	-	-

8. Outros créditos – diversos - Estão representados pelos valores que seguem:

	2017 Curto prazo	2017 Longo prazo	2017 Total	2016 Curto prazo	2016 Longo prazo	2016 Total
Créditos tributários (a)	-	21.718	21.718	-	15.166	15.166
Adiantamentos e antecipações salariais	66	-	66	93	-	93
Impostos e contribuições a compensar (b)	13	-	13	16	-	16
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	-	751	-	751
Outros	-	-	-	2	-	2
Total	**79**	**21.718**	**21.797**	**862**	**15.166**	**16.028**

a) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam compostos como segue:

2017	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	49.530	12.383	7.430	19.813
Provisão para bônus a empregados	3.450	862	518	1.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.153	288	173	461
Provisão para pagamentos a efetuar	161	40	24	64
Total		**13.573**	**8.145**	**21.718**

2016	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	33.204	8.301	4.981	13.282
Ajuste de títulos disponíveis para venda (ii)	203	51	40	91
Provisão para bônus a empregados	4.201	1.050	630	1.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137	34	21	55
Provisão para pagamentos a efetuar	145	36	22	58
Total		**9.472**	**5.694**	**15.166**

(i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente.

(ii) Ajuste ao valor de mercado de Títulos Públicos Federais – LFT e LTN.

Movimentação dos créditos tributários	2017	2016
Saldo inicial	**15.166**	**6.668**
Constituição com efeito no resultado	6.643	8.416
Constituição (baixa) com efeito no patrimônio líquido	(91)	82
Saldo final	**21.718**	**15.166**

Previsão de realização dos créditos tributários

Exercícios	2017 IRPJ	2017 CSLL	2017 Total	2016 IRPJ	2016 CSLL	2016 Total
2018	-	-	-	31	18	49
2019	558	335	893	889	534	1.423
2020	1.409	845	2.254	1.606	965	2.571
2021	1.956	1.174	3.130	2.439	1.467	3.906
2022	2.277	1.366	3.643	2.988	1.797	4.785
2023	2.411	1.447	3.858	1.519	913	2.432
2024	2.544	1.527	4.071	-	-	-
2025	2.418	1.451	3.869	-	-	-
Total	**13.573**	**8.145**	**21.718**	**9.472**	**5.694**	**15.166**

Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes, no momento de sua realização, sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2017, relativamente às datas previstas de sua realização, monta R$ 13.752 (2016 – R$ 8.639).

b) Impostos e contribuições a compensar

Os valores de impostos antecipados estão representados como segue:

	2017	2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3	4
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	2	3
Programa de Integração Social - PIS	2	1
Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social - COFINS	6	8
Total	**13**	**16**

9. Outros valores e bens: Referem-se substancialmente às despesas de seguros, serviços de fornecimento de informações econômicas e de mercado em tempo real e serviços de fornecimento de dados para fins de *compliance*, pagas antecipadamente. O montante de despesas antecipadas diferidas durante o exercício foi de R$ 382 (2016 – R$ 112).

10. Permanente

Imobilizado de uso

	Depreciação anual - %	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Valor líquido	2016 Custo	2016 Depreciação acumulada	2016 Valor líquido
Instalações - Benfeitorias	20	1.359	(537)	822	1.359	(265)	1.094
Instalações	10	1.271	(238)	1.033	1.271	(111)	1.160
Móveis e equipamentos de uso	10	894	(174)	720	887	(85)	802
Sistema de comunicação	10	51	(9)	42	48	(4)	44
Sistema de processamento de dados	20	4.077	(1.575)	2.502	4.000	(735)	3.265
Sistema de segurança	10	13	(3)	10	13	(1)	12
Sistema de transporte	20	174	(104)	70	174	(70)	104
Total		**7.839**	**(2.640)**	**5.199**	**7.752**	**(1.271)**	**6.481**

Intangível

	Amortização anual - %	2017 Custo	2017 Amortização acumulada	2017 Valor líquido	2016 Custo	2016 Amortização acumulada	2016 Valor líquido
Consultoria e implantação de infraestrutura	20	8.023	(2.273)	5.750	11.160	(930)	10.230
Softwares	20	4.713	(1.335)	3.378	1.576	(131)	1.445
Total		**12.736**	**(3.608)**	**9.128**	**12.736**	**(1.061)**	**11.675**

11. Depósitos: a) Depósitos à vista - Referem-se a depósitos em conta-corrente de pessoas jurídicas, sendo R$ 2.868 de empresas ligadas (2016 – R$ 3.147) (nota 17) e R$ 999 de demais pessoas jurídicas. **b) Depósitos a prazo -** Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários de pessoas jurídicas no montante de R$ 176.

12. Obrigações por empréstimos: As obrigações em moeda estrangeira estão representadas, conforme abaixo:

Moeda	Montante em M.E.	2017 De 3 a 12 meses	2017 Total	2016 De 3 a 12 meses
EUR	8.000	31.737	31.737	27.499
USD	15.000	50.671	50.671	-
Total		**82.408**	**82.408**	**27.499**

O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações de recursos concedidos pelo Commerzbank AG, apresentando taxa de -0,225% a.a. (-0,135% a.a. em 2016) em EUR e taxas de 1,99% a 2,217% a.a. (1,61% a 1,64% a.a. em 2016) em USD.

13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Circulante		
Impostos e contribuições sobre salários	857	860
COFINS a recolher	240	129
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	92	88
PIS a recolher	39	21
ISS a recolher	30	39
	1.258	1.137
Exigível a Longo Prazo		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	320	-
	320	-
Total	**1.578**	**1.137**

b) Diversas	2017	2016
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17) (i)	21.736	-
Despesas de pessoal	4.937	6.384
Outras despesas administrativas	1.117	433
Provisão para garantias financeiras - Fianças bancárias	3	-
Total	**27.793**	**6.817**

(i) Refere-se a montante recebido em 26 de dezembro de 2017 por conta e ordem do Commerzbank AG, para repasse via *intercompany*, sendo liquidada em 5 de janeiro de 2018.

14. Patrimônio líquido: a) Capital social - O capital social está representado por 264.449.434 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no exterior. O capital subscrito é de R$ 264.449 e o prejuízo foi de R$ 11.135 no exercício e R$ 4.175 no semestre (2016 – R$ 10.450), o prejuízo por ação foi de R$ 0,0421 no exercício e R$ 0,0158 no semestre (2016 – R$ 0,0395). **b) Destinações -** Os estatutos determinam que do lucro líquido, apurado em cada balanço após a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores se houver, serão destinados: • 5% à constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social; • 5% no mínimo para dividendos e/ou remuneração sobre o capital aos acionistas, observadas as disposições legais aplicáveis; e • O saldo, se houver, terá aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria. O dividendo e/ou remuneração sobre o capital não será obrigatório no exercício social em que a Administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da Sociedade. Não houve distribuição de dividendos e juros de capital próprio nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

15. Composição das contas de resultado

a) Operações de crédito

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Empréstimos (capital de giro)	4.630	6.790	571
Financiamentos à exportação (NCE)	2.455	3.674	-
Financiamentos em moedas estrangeiras	46	46	-
Total	**7.131**	**10.510**	**571**

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Rendas de operações com título de renda fixa (i)	5.335	14.069	19.159
Lucro (Prejuízo) na alienação de títulos de renda fixa (ii)	3.868	4.071	(32)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	283	485	49
Total	**9.486**	**18.625**	**19.176**

(i) Referem-se a rendimentos auferidos com Títulos Públicos Federais – Letras Financeiras do Tesouro – LFT´s e Letras do Tesouro Nacional – LTN's.

(ii) Referem-se a lucro (prejuízo) na alienação de Títulos Públicos Federais – Letras Financeiras do Tesouro – LFT´s e Letras do Tesouro Nacional – LTN's.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2017 Ganho	2º Semestre 2017 Perda	2º Semestre 2017 Resultado líquido	Exercício 2017 Ganho	Exercício 2017 Perda	Exercício 2017 Resultado líquido	Exercício 2016 Ganho	Exercício 2016 Perda	Exercício 2016 Resultado líquido
Swap	796	-	796	796	-	796	-	-	-
Termo	23	(47)	(24)	23	(47)	(24)	-	-	-
Futuro	35.511	(35.751)	(240)	60.994	(61.243)	(249)	209	(182)	27
Total	**36.330**	**(35.798)**	**532**	**61.813**	**(61.290)**	**523**	**209**	**(182)**	**27**

d) Receita de prestação de serviços

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Intermediação de carta de crédito de importação (nota 17)	502	976	751
Comissões *"intercompany"* (nota 17)	312	312	-
Comissão na estruturação de contratos	88	201	74
Rendas de garantias prestadas	101	142	-
Outras receitas de serviços	-	1	1
Total	**1.003**	**1.632**	**826**

e) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Tarifa sobre ROC - Importação	11	11	-
Tarifa sobre ROC - Exportação	7	7	-
Tarifa sobre contas-correntes	4	4	-
Tarifa sobre ROC - Financeiro	3	3	-
Total	**25**	**25**	-

f) Resultado de câmbio

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Rendas de operações de câmbio	1.069	1.494	5
Despesas de operações de câmbio	(55)	(360)	(160)
Variação cambial	1.357	4.208	79
Total	**2.371**	**5.342**	**(76)**

g) Despesas de captação no mercado

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Depósitos a prazo	5	85	-
Operações compromissadas	1	12	1
Contribuições ao fundo garantidor de crédito	3	7	1
Total	**9**	**104**	**2**

h) Despesas de empréstimos e repasses

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Juros com obrigações com banqueiros no exterior	407	459	101
Variação cambial	1.896	5.377	-
Total	**2.303**	**5.836**	**101**

i) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Proventos	7.509	13.686	12.534
Encargos sociais	2.803	6.326	4.580
Benefícios	1.969	3.901	4.633
Honorários da diretoria	682	1.325	1.102
Remuneração de estagiários	57	105	19
Treinamento	73	85	35
Total	**13.093**	**25.428**	**22.903**

j) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Processamento de dados	4.740	9.119	4.487
Depreciação e amortização	1.978	3.916	2.297
Serviços técnicos especializados	1.072	1.874	1.761
Aluguéis	865	1.763	1.691
Serviços do sistema financeiro	371	758	254
Viagens e estadias	253	604	565
Comunicações	180	370	169
Serviços de terceiros	233	364	-
Manutenção e conservação	159	315	66
Locação de bens	149	292	-
Publicações e publicidade	127	237	701
Transportes	117	232	248
Serviços de consultoria com sociedade ligada (nota 17) (i)	-	-	1.500
Outras despesas administrativas	359	614	952
Total	**10.603**	**20.458**	**14.691**

(i) Refere-se a serviços de suporte à constituição do Banco efetuado pela Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda., pago pelo Banco em 31 de maio de 2016 no montante de R$ 1.500.

k) Despesas tributárias

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
COFINS	795	1.296	817
PIS	130	211	133
Imposto Sobre Serviço - ISS	51	82	41
Outras despesas tributárias	-	7	7
IOF	2	2	712
Total	**978**	**1.598**	**1.710**

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(6.480)**	**(17.777)**	**(18.866)**
Adições:			
Temporárias	1.614	4.626	4.483
Permanentes	717	1.171	1.421
Exclusões:			
Temporárias	(314)	(4.346)	(3.770)
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	**(4.463)**	**(16.326)**	**(16.732)**
Imposto de renda – prejuízo fiscal diferido (nota 8.a)	1.116	4.082	4.183
Contribuição social – prejuízo fiscal diferido (nota 8.a)	670	2.449	2.440
Imposto de renda e contribuição social	**1.786**	**6.531**	**6.623**
Constituição de créditos tributários	**2.305**	**6.642**	**8.416**
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**2.305**	**6.642**	**8.416**

b) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre:			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	20	406	55
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	83
Provisões para bônus	495	(300)	1.680
Outras adições temporárias	4	5	58
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**520**	**111**	**1.876**

Obrigações fiscais diferidas	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários - disponível para venda	(866)	320	-
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**(866)**	**320**	-

c) Conciliação do cálculo de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto e o resultado contábil apurado pela alíquota de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(6.480)**	**(17.777)**	**(18.866)**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente (45%)	2.916	8.000	8.490
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto (i)	(324)	(889)	(1.014)
Adições:			
Temporárias	(645)	(1.850)	(1.793)
Permanentes	(287)	(468)	(568)
Exclusões:			
Temporárias	126	1.738	1.508
Imposto de renda e contribuição social	**1.786**	**6.531**	**6.623**
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social	**27,56%**	**36,74%**	**35,11%**

(i) O Banco está sujeito à alíquota de Contribuição Social de 20%, resultando em alíquota vigente combinada de IRPJ e CSLL de 45% nesse período. Entretanto, tendo em vista que a Instituição apurou base negativa de Contribuição Social em 2017 e que estes créditos serão realizados somente após 2018, quando a alíquota de CSLL voltará ao patamar de 15%, segundo estudo técnico de realização do crédito tributário.

17. Transações com partes relacionadas

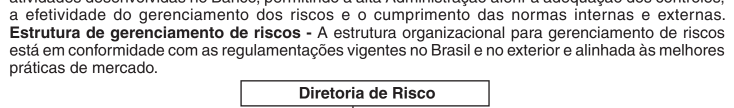
	2º Semestre 2017 Receitas/ (Despesas)	2017 Receitas/ (Despesas)	2017 Ativo/ (Passivo)	2016 Receitas/ (Despesas)	2016 Ativo/ (Passivo)
Depósito em moeda estrangeira (i)	-	-	1.388	-	474
Depósito à vista (ii)	-	-	(2.868)	-	(3.147)
Empréstimos no exterior (iii)	(407)	(459)	(82.408)	(101)	(27.499)
Receita de prestação de serviços (iv)	814	1.288	-	751	751
Valores a pagar de sociedades ligadas (v)	-	-	(21.736)	-	-
Nota de prestação de serviço (vi)	-	-	-	(1.500)	-
Total	**407**	**829**	**(105.624)**	**(850)**	**(29.421)**

(i) Corresponde ao saldo de depósitos em moeda estrangeira com o Commerzbank AG; (ii) Corresponde ao saldo em conta-corrente da Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda.; (iii) Corresponde às captações de recursos concedidos pelo Commerzbank AG; (iv) Corresponde ao contrato de serviços de intermediação de carta de crédito de exportação, celebrado em 1º de março de 2016, entre o Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e o Commerzbank AG; (v) Corresponde ao montante recebido em 26 de dezembro por conta e ordem do Commerzbank AG, para repasse via *intercompany*, sendo liquidada em 5 de janeiro de 2018; e (vi) Montante líquido referente a serviços de apoio à constituição e implementação do Banco, pagos à Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda. em 22 de março de 2016.

18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Remuneração fixa	342	691	596
Remuneração variável	340	634	506
Total	**682**	**1.325**	**1.102**

19. Gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é um processo contínuo, onde são identificados e mensurados os riscos existentes, bem como os riscos potenciais que possam ameaçar as operações do Banco. A identificação de riscos visa mapear eventos de risco, tanto internos quanto externos, que possam afetar a estratégia de negócios, com possibilidade de impactar negativamente os resultados, a liquidez ou a reputação do Banco. As responsabilidades pelo gerenciamento de riscos estão estruturadas no princípio das três linhas de defesa: a) Na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas de suporte têm o papel de realizar a gestão dos riscos através da identificação, avaliação, controle e comunicação dos mesmos; b) Na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos; c) Na terceira linha de defesa, a auditoria interna tem o papel de avaliar de forma independente as atividades desenvolvidas no Banco, permitindo à alta Administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e externas. **Estrutura de gerenciamento de riscos -** A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e alinhada às melhores práticas de mercado.



a) Risco de Crédito - O Risco de Crédito é a possibilidade de perdas em decorrência do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. A estrutura para gerenciamento de risco de crédito do Banco realiza o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito das operações classificadas nas carteiras *trading e banking*. Entre as responsabilidades desta estrutura estão: identificação, avaliação, mensuração, controle e mitigação de riscos. Para tanto, foram estabelecidas políticas e estratégias para gerenciamento do risco de crédito; adequada validação de sistemas, modelos e procedimentos internos para gestão de risco de crédito; estimativa de perdas associadas a riscos de crédito, segundo critérios consistentes e prudentes; e adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) e de provisionamento compatíveis com o risco de crédito assumido pelo Banco. **Estrutura de gerenciamento do risco de crédito**: **Política de gerenciamento de crédito –** Descreve a Estrutura de Gestão e Controle de Risco de Crédito do Banco. O Banco conta com uma Estrutura de Gestão e Controle de Risco de Crédito compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com a dimensão de sua exposição a risco de crédito. A Estrutura de Gestão e Controle de Risco de Crédito do Banco tem como base políticas, procedimentos, sistemas e uma estrutura de governança que atendem às exigências da Resolução CMN nº 3.721/09, bem como a todas as outras normas aplicáveis emitidas pelo CMN e pelo BACEN, e estão de acordo com as melhores práticas de mercado. **Diretriz de risco de crédito –** detalha a estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito adotada pelo Banco, em consonância com as Resoluções CMN nº 3.721/09 e nº 2.682/99, as políticas globais do Grupo Commerzbank AG e as melhores práticas de mercado. **Diretriz de classificação de risco de crédito** – Detalha a estrutura de Classificação de Risco das operações de crédito adotada pelo Banco, em consonância com a Resolução CMN nº 2.682/99 e as políticas globais do Grupo Commerzbank AG. A Diretriz de Classificação de Risco de Crédito relata como o Banco pretende cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 2.682/99, que fornece os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas com empréstimos, de acordo com estas classificações. **Regimento interno do comitê de crédito local** – O Comitê de Crédito Local é estabelecido para tomada de decisões sobre propostas de operações de crédito. As alçadas a serem observadas para as aprovações no âmbito deste Comitê estão estabelecidas em norma global do Commerzbank AG. Seu objetivo principal é manter a qualidade da carteira de crédito do Banco em nível compatível com o apetite de Riscos do Grupo Commerzbank AG e em conformidade com a regulamentação vigente do BACEN. **b) Risco de mercado -** O Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias *(commodities)*. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco realiza o gerenciamento por meio de políticas e estratégias de gerenciamento de riscos que estabelecem limites operacionais e procedimentos para manutenção da exposição ao risco de mercado em níveis aceitáveis; sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições e gerar relatórios tempestivos para a diretoria da instituição. **Estrutura de gerenciamento do risco de mercado**: **Política de risco de mercado –** Tem como propósito descrever a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do Banco. O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e com a dimensão de sua exposição ao risco de mercado. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do Banco baseia-se em políticas e procedimentos adequados aos requerimentos da Resolução CMN nº 3.464/07 e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo BACEN, bem como às melhores práticas de mercado. **Diretriz de risco de mercado –** Detalha a estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado adotada pelo Banco, em consonância com a Resolução CMN nº 3.464/07, as políticas globais do Grupo e as melhores práticas de mercado. **Diretriz de Marcação a Mercado –** Detalha a estrutura de Marcação a Mercado para fins de apuração do Risco de Mercado Regulatório adotada pelo Banco, em consonância com a Resolução CMN nº 3.464/07, as políticas globais do Grupo e as melhores práticas de mercado. **Regimento interno do comitê de risco de mercado –** O Comitê de Risco de Mercado do Banco é constituído para a administração do risco de mercado de suas operações, em conformidade com os requerimentos regulatórios vigentes no Brasil. O Comitê tem por objetivo assegurar que a gestão do risco de mercado está sendo realizada de forma efetiva e alinhada, tanto com o planejamento estratégico quanto com as normas regulatórias dentro de limites adequados, podendo determinar a adoção de medidas prudenciais e corretivas, quando necessário. **c) Risco de liquidez -** O Risco de Liquidez pode ser definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco realiza o gerenciamento por meio de políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração da instituição; processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo e avaliação do risco de liquidez como parte do processo de aprovação de novos produtos, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes. **Estrutura de gerenciamento do risco de liquidez**: **Política de gerenciamento de risco de liquidez –** Tem como objetivo descrever a Estrutura de Gerenciamento e Controle de Risco de Liquidez do Banco. O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento e Controle de Risco de Liquidez compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e com a dimensão de sua exposição a este risco. A estrutura de gerenciamento e controle de Risco de Liquidez do Banco baseia-se em políticas, procedimentos, sistemas e uma estrutura de governança adequados aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.090/12 e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo BACEN. **Diretriz de gerenciamento de risco de liquidez** – Detalha a estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez adotada pelo Banco, em consonância com a Resolução CMN nº 4.090/12, as políticas globais do Grupo e as melhores práticas de mercado. **d) Risco operacional -** O Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco realiza o gerenciamento por meio de: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco; documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional; elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional; realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados; elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da instituição. **Estrutura de gerenciamento do risco operacional**: **Política de gerenciamento de risco operacional e controles internos –** Tem como objetivo descrever a Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional e Controles Internos do Banco. O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional e Controles Internos compatível com a natureza, complexidade e riscos de suas operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional e Controles Internos do Banco é baseada em políticas, procedimentos e em uma estrutura de governança que preenchem os requerimentos da Resolução CMN nº 3.380/06 e da Resolução CMN nº 2.554/98, bem como das demais normas estabelecidos pelo CMN e pelo BACEN, e estão de acordo com as melhores práticas de mercado. **Diretriz de governança de risco operacional –** Tem o objetivo de delinear a atuação da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional no Banco, explicitando sua metodologia de trabalho e atuação, bem como definindo escopo de abrangência, papéis e responsabilidades para a implementação de metodologias para gestão do Risco Operacional no Banco (em conformidade com o Artigo 1º e § único, Resolução CMN nº 3.380/06). Esta diretriz considerou tanto as exigências regulamentares do mercado financeiro brasileiro, consubstanciadas na Resolução CMN nº 3.380/06, quanto as políticas e procedimentos próprios do Grupo Commerzbank AG. **Regimento interno do comitê de controles internos e risco operacional –** Este documento detalha a atuação do Comitê de Controles Internos e Risco Operacional como o fórum para a tratativa de temas relacionados à identificação, avaliação e monitoramento de risco operacional, bem como da avaliação da eficácia do Sistema de Controles Internos. **Responsabilidade socioambiental –** A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução CMN nº 4.327/14. O Banco reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes, fornecedores e sociedade, demonstrada pela implementação de ações que visam garantir a aderência aos critérios regulatórios e boas práticas com relação ao tema. A Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental está disponível no endereço https://www.commerzbank.com.br. **e) Gerenciamento de capital -** Os objetivos do gerenciamento de capital são garantir que o Banco possua recursos suficientes para a manutenção das suas operações e para que as exigências de capital sejam atendidas de forma sustentável, considerando o perfil de riscos desejável pela instituição. Como parte do sistema de gerenciamento de capital e liquidez, podemos citar: abordagem de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA); limite do Índice de Alavancagem (como forma de gerenciar endividamento excessivo); Gestão da Liquidez e Gestão de Perdas. Os requerimentos mínimos de capital do Banco observam o disposto nas resoluções emitidas pelo CMN e circulares emitidas pelo BACEN quanto aos padrões globais de requerimento de capital, conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I, Nível II e RWAs. Para fins de cálculo dos requerimentos mínimos de capital, o montante total de RWA é obtido pela soma das parcelas referentes aos ativos ponderados pelos riscos de crédito, operacional e de mercado. O Banco utiliza a **abordagem padronizada** para o cálculo das parcelas de RWA para Risco de Mercado e Risco de Crédito e para o Risco Operacional é utilizada a Abordagem do Indicador Básico. **20. Benefícios a empregados:** O Banco patrocina a seus funcionários e administradores (exceto expatriados), por liberalidade, os benefícios abaixo relacionados: **Plano médico e odontológico:** O Banco oferece planos extensivos aos dependentes legais e sem custo aos colaboradores: O valor gasto com esse benefício no exercício de 2017 foi de R$ 2.366 (2016 – R$ 1.629). **Plano de previdência complementar:** No exercício de 2017, foi implementado o plano de previdência complementar. O plano recebe contribuições definidas da parte dos colaboradores e do Commerzbank. O Banco aportou o montante de R$ 915 em 2017 e o montante de R$ 711 retroativo aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, o qual foi provisionado em 2016. **21. Outras informações: Contingências –** O Banco não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, trabalhista e tributária. **22. Eventos subsequentes:** Não há eventos subsequentes para divulgação.

A DIRETORIA

ELIO PEREIRA SALES - Contador CRC-1SP 212554/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8